CIELO S.A. – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

CNPJ nº 01.027.058/0001-91

NIRE 35.300.144.112

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM 05 DE FEVEREIRO DE 2024

(realizada de forma eletrônica – por e-mail)

DATA, HORA E LOCAL: Aos 05 (cinco) dias do mês fevereiro de 2024, às 13 horas, na sede social da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), localizada na Alameda Xingu, nº 512, 24º Andar, Alphaville, Centro Industrial e Empresarial, CEP 06455-030, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

MESA: Presidente da Mesa: Sr. Eurico Ramos Fabri; Secretária da Mesa: Sra. Tatiane Zornoff Vieira Pardo.

PRESENÇA: A totalidade dos membros do Conselho de Administração (“Conselho”) da Companhia.

ORDEM DO DIA: Análise e deliberação acerca: **(1)** das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Semestrais e Anuais (COSIF) e Demonstrações Contábeis Consolidadas Anuais (IFRS), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Relatório da Administração e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, conforme recomendação do Comitê de Auditoria; **(2)** da proposta de destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como da proposta de orçamento de capital da Companhia para o ano de 2024; **(3)** do estudo técnico de viabilidade de realização do crédito tributário diferido; e **(4)** da declaração de proventos, na forma de juros sob o capital próprio adicionais.

Deliberações: Dando início aos trabalhos, os Srs. membros do Conselho examinaram o item constante da Ordem do Dia e deliberaram:

(01) Aprovar, por unanimidade, as **(a)** Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas, Semestrais e Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) (“COSIF”) e normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e regulamentações complementares do BACEN, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, e da recomendação do Comitê de Finanças e do Comitê de Auditoria, consignada no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria da Companhia (“Demonstrações Contábeis 2023 - COSIF”); e **(b)** Demonstrações Contábeis Consolidadas Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, e da recomendação do Comitê de Finanças e do Comitê de Auditoria, consignada no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria da Companhia (“Demonstrações Contábeis 2023 - IFRS”).

Fica a Diretoria-Executiva da Companhia autorizada a adotar todos os procedimentos necessários à divulgação das Demonstrações Contábeis 2023 – COSIF e das Demonstrações Contábeis 2023 - IFRS, na forma habitual.

(02) Aprovar, por unanimidade, conforme recomendação do Comitê de Finanças, as propostas a serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia para a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 (“Exercício de 2023”), no montante de R\$ 2.086.838.440,52 (dois bilhões, oitenta e seis milhões, oitocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta reais e cinquenta e dois centavos), bem como a proposta de orçamento de capital para o exercício de 2024, nos termos abaixo descrito:

Pertence à Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento realizada em 05 de fevereiro de 2024.

(a) distribuição de proventos, *ad referendum* da Assembleia Geral, no montante total de R\$ 764.287.000,00 (setecentos e sessenta e quatro milhões, duzentos e oitenta e sete mil reais). Tais proventos foram distribuídos, a título de juros sobre capital próprio (“JCP”), conforme o cronograma abaixo:

(i) Proventos referentes ao 1º trimestre de 2023, pagos em 18 de maio de 2023, no montante de R\$ 196.210.000,00 (cento e noventa e seis milhões, duzentos e dez mil reais), a título de JCP, deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2023;

(ii) Proventos referentes ao 2º trimestre de 2023, pagos em 22 de agosto de 2023, no montante de R\$ 196.970.000,00 (cento e noventa e seis milhões, novecentos e setenta mil reais) a título de JCP, deliberado em reunião do Conselho de Administração em 01 de agosto de 2023;

(iii) Proventos referentes ao 3º trimestre de 2023, pagos em 23 de novembro de 2023, no montante R\$ 191.719.000,00 (cento e noventa e um milhões, setecentos e dezenove mil reais), a título de JCP, deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de outubro de 2023; e

(iv) Proventos referentes ao 4º trimestre de 2023, a serem pagos em 31 de janeiro de 2024, no montante de R\$ 179.388.000,00 (cento e setenta e nove milhões e trezentos e oitenta e oito mil reais), a título de JCP, deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2023;

(b) retenção, com base no orçamento de capital, do montante de R\$ 1.322.551.440,52 (um bilhão, trezentos e vinte e dois milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta reais e cinquenta e dois centavos), sendo (b.1) R\$614.063.357,79 milhões (seiscentos e quatorze milhões, sessenta e três mil, trezentos e cinquenta e sete reais e setenta e nove centavos) destinados à frente de desembolsos de produtos de prazo ao longo do exercício social de 2024; e (b.2) R\$708.488.082,73 milhões (setecentos e oito milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitenta e dois reais e setenta e três centavos) destinados a investimentos em equipamentos, tecnologia, desenvolvimento de novos produtos e demais insumos necessários nas suas atividades, incluindo principalmente a aquisição de terminais de captura (POS) e investimentos em softwares, além de outras necessidades relacionadas a projetos.

O montante a ser retido terá como finalidade, principalmente, o fortalecimento do caixa da Companhia para fazer frente às necessidades de capital de giro, conferindo assim maior robustez e estabilidade financeira, nos termos do orçamento de capital descrito no Anexo I.

O prazo de duração do orçamento de capital, caso seja aprovado, será até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, estando a presente proposta de destinação refletida nas demonstrações contábeis elaboradas pela administração, as quais serão amplamente divulgadas nos termos da legislação vigente.

Por fim, não haverá destinação de lucro à reserva legal neste exercício social, tendo em vista que o valor que constitui tal reserva já atingiu o seu limite, correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76 e do art. 30 do seu Estatuto Social.

(3) **Aprovar**, por unanimidade e conforme recomendação do Comitê de Finanças da Companhia, o estudo técnico de viabilidade de realização do ativo fiscal diferido, o qual tem por objetivo demonstrar a expectativa de realização dos créditos tributários da Companhia e suas controladas, de acordo com a Resolução BCB nº 15/2020.

(04) **Aprovar**, por unanimidade, conforme recomendação do Comitê de Finanças e nos termos do artigo 31 do Estatuto Social e da Política de Proventos da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada para a aprovação do resultado do exercício social de 2024, a declaração de proventos na forma de juros sobre o capital próprio (“JCP Adicional”), no montante de R\$ 410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais), sujeito à incidência de imposto de renda, conforme aplicável a cada caso. Os JCP serão distribuídos e pagos aos acionistas nas proporções de suas participações no capital social da Companhia, sendo que não farão jus aos JCP Adicional as ações mantidas em tesouraria.

Tais JCP Adicional, sujeitos à incidência de Imposto de Renda na Fonte, serão pagos aos acionistas no dia 30 de abril de 2024, com base na posição acionária de 15 de março de 2024, sendo as ações da Companhia negociadas *ex juros sobre capital próprio* a partir de 18 de março de 2024, inclusive.

Consigna-se que o valor dos JCP Adicional ora aprovado observa as regras de dedutibilidade permitidas pela legislação fiscal.

O pagamento ocorrerá por meio da instituição depositária das ações – Banco Bradesco S.A. (“Banco Bradesco”), mediante crédito automático para acionistas correntistas e acionistas que já tenham informado ao Banco Bradesco o número de seu CPF ou CNPJ e a respectiva conta bancária. Os acionistas que não tenham feito essa indicação deverão se dirigir a uma agência do Banco Bradesco para atualização dos dados cadastrais. Os acionistas detentores de ações custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, receberão os JCP Adicional por intermédio de seus agentes de custódia e os acionistas detentores de ADRs (*American Depositary Receipts*) receberão os JCP Adicional por meio do *JP Morgan Chase Bank*, instituição depositária contratada.

Fica a Diretoria da Companhia autorizada a adotar todos os procedimentos necessários à divulgação da presente Ata e avisos aos acionistas e detentores de ADRs nos jornais de publicações habituais da Companhia, contendo as informações necessárias, e comunicar à Comissão de Valores Mobiliários e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, bem como adotar todos os procedimentos necessários para o pagamento dos JCP Adicional.

Eurico Ramos Fabri, Presidente da Mesa; Sra. Tatiane Zornoff Vieira Pardo, Secretária da Mesa. Membros do Conselho de Administração da Companhia: os Srs. Eurico Ramos Fabri, Aldo Luiz Mendes, Carla Nesi, Fernando José Costa Teles, Francisco da Costa e Silva, José Ramos Rocha Neto, José Ricardo Sasseron, Marcelo de Araujo Noronha, Luiz Gustavo Braz Lage, Marisa Reghini Ferreira Mattos, Regina Helena Jorge Nunes e Vinícius Urias Favarão.

“Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio da Companhia.”

Barueri, 05 de fevereiro de 2024.

TATIANE ZORNOFF VIEIRA PARDO
Secretária da Mesa

Anexo I pertencente à da Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Cielo S.A. – Instituição de Pagamentos realizada em 05 de fevereiro de 2024.

Assembleia Geral Ordinária

Proposta de Orçamento de Capital Relativo ao Exercício de 2024

Prezados Acionistas,

O Conselho de Administração da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), para fins do disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, bem como em observância ao Estatuto Social da Companhia, submete à apreciação de Vossas Senhorias, na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 18 de abril de 2024, a seguinte proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2024.

O orçamento de capital da Cielo para o exercício social de 2024 contempla a destinação de recursos para: (i) financiamento dos produtos de prazo e (ii) investimentos já previstos, principalmente em equipamentos, tecnologia e desenvolvimento de novos produtos.

Produtos de Prazo

A Companhia classifica em “produtos de prazo” as diferentes soluções que permitem aos clientes receber antecipadamente suas vendas por cartões de crédito. As principais soluções são o “ARV – Aquisição de Recebíveis” e a modalidade de recebimento em até dois dias – “Receba Rápido”.

Os montantes alocados pela Companhia nesses produtos são financiados por um mix de fontes de recursos, incluindo a retenção de capital próprio, formalizada no orçamento de capital, e capital de terceiros, como dívidas e estruturação de FIDCs – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios.

Nesse sentido, a fim de atender aos desembolsos decorrentes desses produtos no exercício social de 2024, propõe-se a retenção de R\$614.063.357,79 milhões (seiscentos e quatorze milhões, sessenta e três mil, trezentos e cinquenta e sete reais e setenta e nove centavos) do lucro líquido de 2023, a serem utilizados para fazer frente a desembolsos dos “produtos de prazo” ao longo do exercício social de 2024.

Outros Investimentos

A Companhia pretende realizar em investimentos em equipamentos, tecnologia, desenvolvimento de novos produtos e demais insumos necessários nas suas atividades, incluindo principalmente a aquisição de terminais de captura (POS) e investimentos em softwares, além de outras necessidades relacionadas a projetos ao longo de 2024, e, para tanto, propõe a retenção de R\$708.488.082,73 milhões (setecentos e oito milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitenta e dois reais e setenta e três centavos) do lucro líquido de 2023.

Conclusão

Dessa forma, propõe-se a retenção do montante total de R\$1.322.551.440,52 (um bilhão, trezentos e vinte e dois milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta reais e cinquenta e dois centavos), correspondente a 63,4% do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, com base no orçamento de capital descrito acima.

A administração entende que a retenção de recursos ora proposta, com base no orçamento de capital, garantirá maior robustez e estabilidade financeira à Companhia, viabilizará equilíbrio adequado às fontes de recursos que

permitem a alocação em produtos de prazo e permitirá a sustentação dos investimentos necessários ao negócio.

Barueri, 05 de fevereiro de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CIELO S.A. – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO